



Parecer nº: 018/2018
Projeto de Lei nº 016/2018
Origem: Poder Executivo

EMENTA. INCUSÃO DE META/ATIVIDADE NO PPA 2018-2021, LDO 2018 E LOA 2018. CRÉDITO ESPECIAL. REFORMA UBS MURTA. LEGALIDADE. REVOGAÇÃO LEI ANTERIOR POR INCORREÇÃO. LEGALIDADE.

RELATÓRIO

Foi solicitado a esta Assessoria Jurídica parecer acerca do projeto de Lei nº 016/2018 que versa sobre a inclusão de META/ATIVIDADE no Plano Plurianual 2018-2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e na Lei Orçamentária Anual de 2018; autoriza a abertura de Crédito Especial no montante de R\$ 9.570,00) e dá outras providências, em especial a revogação da Lei nº 1.554/2018.

ANÁLISE JURÍDICA

Os exames desta Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores de Passa Sete se dão com fulcro nas atribuições do cargo contidas na Lei Municipal nº 881/2009. Nesse contexto, subtraí-se da análise questões que importem considerações de ordem política, técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal da competência da assessoria jurídica como função de consultoria aos senhores Vereadores e às Comissões legislativas.

Outrossim, importante consignar que a presente manifestação tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação, dos princípios doutrinários e científicos, analisando os questionamentos apresentados exclusivamente sob o aspecto legal/jurídico. Como função consultiva, à Assessora jurídica cabe analisar a legalidade dos procedimentos adotados pela Casa legislativa e dos Projetos de Lei encaminhados ao Poder Legislativo, ou dele emanados mas, de modo algum, implica em deliberações, as quais competem exclusivamente aos vereadores. Também é de se deixar claro que o posicionamento a ser exposto no presente parecer não exclui a previsível existência de entendimentos divergentes a respeito do tema em consulta.

Pois bem.

Trata-se de projeto de Lei que versa sobre a inclusão de META/ATIVIDADE no Plano Plurianual 2018-2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e na Lei Orçamentária Anual de 2018; autoriza a abertura de Crédito Especial no montante de R\$ 9.570,00) e dá outras providências, em especial a revogação da Lei nº 1.554/2018.

Tendo em vista que se trata de adequação do PL nº 011/2018 – que previa a inclusão de meta/projeto das leis orçamentárias, devendo constar meta/atividade, reitera-se o teor do parecer nº 014/2018:

A Constituição Federal repatriou as competências entre os entes federados, determinando que “compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local” (art. 32, I). Constitucionalmente criada, a Lei de Diretrizes Orçamentárias visa orientar a elaboração da



lei orçamentária anual - LOA, sintonizando-a com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual. A LDO, juntamente com o LOA e o Plano Plurianual, integram o Sistema Orçamentário dos entes federados, previsto nos artigos 165 a 169 da CF/88.

A Lei Federal nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, prevê, sobre a abertura de créditos adicionais e suplementares, em seus artigos 41 e seguintes. Verifica-se, assim, que a iniciativa legislativa de projetos de lei que versem sobre a abertura de tais créditos é exclusiva do Senhor Prefeito Municipal, vez que tal operação implica em alteração da peça orçamentária referente ao exercício financeiro em curso.

Refere o projeto de lei que o crédito especial é destinado à reforma da Unidade Básica de Saúde da localidade de Murta, tendo como fonte de recursos repasse estadual, referente a Consulta Popular 2012/2013, servindo de fonte de recursos o superavit financeiro, em igual valor, verificado ao final do exercício de 2017, Fonte: 4241 - REGIONALIZAÇÃO - REFORMA DE UBS, Conta Bancária: 04.176606.0-9 B. BANRISUL S/A C/PMPS FMS REFORMA - CP 12/13.

De acordo com a justificativa que acompanha este Projeto, relata a Secretaria de Saúde o recebimento de recursos, oriundos do Governo Estadual, destinados à reforma da Unidade Básica de Saúde de Campo de Sobradinho, conforme resultado da Consulta Popular 2012/2013, sendo necessária a inclusão desta meta/projeto nas leis orçamentárias para que se possa utilizar o recurso – do contrário, os valores precisarão ser restituídos ao Estado.

Fato é que, em sendo constatada a insuficiência financeira prevista na LOA 2017 e demais leis orçamentárias, torna-se necessário tal adequação, de forma que se permita ao Poder Executivo efetuar as obras.

Inclui-se a necessária análise da revogação da lei anterior, sanando, assim, a referida incorreção.

É o modesto parecer, sem embargo de outro em sentido diverso, para com os quais fica registrado o devido respeito.

CONCLUSÃO

Material e formalmente adequado o projeto de lei, segue favorável o presente parecer. Contudo, à Vossa consideração.
Passa Sete, 23 de março de 2018.

ELIANA WEBER
Assessora Jurídica
OAB/RS 60.217